

# DITADURA MILITAR BRASILEIRA E PRODUÇÃO IDEOLÓGICA:

Um estudo de caso com militares que atuaram no período ditatorial

**THIAGO VIEIRA PIRES\***

## RESUMO

Este artigo se propõe a pensar a ditadura militar brasileira e a sua produção ideológica através de um estudo de caso com dois militares que atuaram durante o período ditatorial. As principais linhas metodológicas utilizadas são o estudo de caso e a análise de discurso. Para pensar ideologia é elaborada uma construção conceitual baseada no estudo de obras clássicas sobre o tema. A lógica de apresentação do artigo se dá a partir do estudo de um contexto histórico geral (a ditadura) que visa poder compreender um estudo de caso específico (a ideologia presente no discurso militar). A hipótese assumida é que se busca comprovar é a de que os militares agem como sujeitos produtores e reprodutores da ideologia a que foram submetidos, o que, de nenhuma forma, pode ser utilizado para atenuar ou minimizar os crimes e arbitrariedades por eles cometidos em nome do Estado.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar Brasileira. Ideologia Militar. Análise do Discurso Militar.

## ABSTRACT

This article proposes a reflection about the Brazilian military dictatorship and its ideological production through a case study with two militaries who served during the dictatorship period. The main methodological lines presented are the case study and discourse analysis. To think about ideology, a conceptual construction based on the study of classical works on the subject was elaborated. The article, through the study of a general historical context (the dictatorship), aims to comprehend a specific case study (the ideology presented in the military discourse). The hypothesis assumed and defended is that the military act as subjects producing and reproducing the ideology they have undergone, which, in no way, can be used to mitigate or minimize the crimes and outrages committed by them on behalf of the State.

**Keywords:** Brazilian military dictatorship. Military ideology. Military discourse analysis.

\* Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos e bolsista PROSUP/ CAPES. Possui graduação em Ciências Sociais (Licenciatura) pela mesma instituição. E-mail: thiago.v.pires@gmail.com

## Introdução

Este trabalho se propõe a pensar a ditadura militar brasileira e a sua produção ideológica através de um estudo de caso com dois militares que atuaram durante o período ditatorial. O período histórico que compreende a ditadura militar brasileira (1964-1985) se constitui em um dos mais sombrios e marcantes da história recente do país, ocupando lugar de destaque no ranking da opressão a que o povo brasileiro foi submetido. Contudo, a história desse período ainda está em aberto, com muitas lacunas a serem preenchidas, revelando-se, assim, um campo em constante disputa por forças antagônicas.

Mesmo antes do fim da ditadura militar, muitos intelectuais e movimentos sociais já publicavam materiais (cartas, artigos, livros, dossiês, etc.) denunciando os crimes e arbitrariedades cometidos pelos militares e pelo Estado ditatorial. É considerável a produção bibliográfica que aborda esse tema sobre diversos aspectos, no entanto, a ideologia criada e difundida pela ditadura e pelos militares assume o seu papel de distorção da realidade, levando um grande extrato da população ao desconhecimento histórico das diversas formas de negação e supressão dos Direitos Humanos.

Segundo o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3<sup>1</sup>), é dever do Estado assumir perante a população a responsabilidade pelos crimes cometidos durante a ditadura militar, bem como, criar mecanismos de ampla divulgação da história e formas de compensação para as vítimas diretas do autoritarismo. Essa posição é sustentada no PNDH 3 na Diretriz 23 do Eixo 6, que trata do “reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e [um] dever do Estado”.<sup>2</sup>

A aprovação da Lei<sup>3</sup> que cria a Comissão Nacional da Verdade (CNV) – após vinte e seis anos do final da ditadura militar – trouxe novamente a temática para o centro do debate nacional, gerando manifestações favoráveis e contrárias em diversas instâncias da sociedade. Com o avanço dos trabalhos da CNV, os segmentos que temem a verdade histórica protagonizaram diversas manifestações de contrariedade, apresentando argumentos ideológicos que visam distorcer a realidade. Dentre esses segmentos contrários a CNV destacam-se os setores militares.

Partindo desse problema, temos por objetivo analisar e compreender a ideologia militar através da forma como ela se manifesta no discurso dos sujeitos que atuaram durante a ditadura, os mesmos sujeitos que hoje se opõem ferozmente a qualquer movimento que vise desmascarar os abusos cometidos em nome de uma suposta “segurança nacional”. As principais linhas metodológicas que escolhemos para realizar este trabalho são o estudo de caso e a análise de discurso. Para isso, realizamos entrevistas semi-estruturadas com dois militares que atuaram durante o período ditatorial.

O trabalho está organizado em três partes, sendo que na primeira propomos uma breve revisão histórica da ditadura militar abordando o papel da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) na formação ideológica das Forças Armadas,

---

1 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da presidência da república. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília, DF: SEDH/PR, 2010, p. 170-173.

2 Op. Cit. p. 173.

3 BRASIL. 2011. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)>. Acesso em: 15 maio 2014.

---

---

e dos “Institutos” que deram amparo civil, no caso o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Na segunda parte, realizamos o estudo de caso através da análise das entrevistas que foram realizadas com dois militares que atuaram durante a ditadura militar. Para isso, abordamos os conceitos de ideologia e análise do discurso a fim de posicionar a nossa produção dentro de uma linha teórica.

Na terceira e última parte, propomos por meio das considerações finais uma leitura baseada na hipótese de que os militares agem como sujeitos produtores e reprodutores da ideologia a que foram submetidos, o que, de nenhuma forma, pode ser utilizado para atenuar ou minimizar os crimes e arbitrariedades por eles cometidos em nome do Estado. No âmbito final do trabalho figura a hipótese de que nenhum militar cumpriu ordens das quais não estava minimamente convencido, e que este convencimento estava (e ainda está) atravessado por uma ideologia autoritária e totalitária de manutenção do poder e dos privilégios de classe, o que não diminui a responsabilidade individual dos atos praticados.

## Ditadura Militar Brasileira

A ditadura militar brasileira teve início através de um golpe de Estado orquestrado e conduzido pelos altos comandos militares do Brasil em parceria estratégica e logística com o governo dos EUA.<sup>4</sup> Contou ainda com o apoio das elites civis brasileiras (econômicas, moralistas e conservadoras) e internacionais,<sup>5</sup> que temiam a perda dos seus privilégios históricos e o avanço do comunismo. Essas elites civis a que nos referimos contemplam variados setores da sociedade civil (nacional e internacional), como segmentos do empresariado, dos banqueiros, dos latifundiários, da política, das religiões cristãs e dos meios de comunicação.<sup>6</sup>

A participação da elite civil – por meio das classes citadas – na conspiração que antecedeu o golpe de Estado e no processo ditatorial que se seguiu a ele, tem fomentado o debate e a disputa – terminológica e conceitual – entre historiadores que estudam o período.

Para historiadores como Dreifuss<sup>7</sup>, “apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável.”. Para Dreifuss<sup>8</sup>, não resta dúvidas que o golpe e a ditadura foram civis-militares, ao invés de somente militares. Outros historiadores, como é o caso de Carlos Fico,<sup>9</sup> contrapõem essa visão alegando que: “[...] se a preparação do golpe foi de fato ‘civil-militar’, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares”. Segundo o autor, “[...] Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis [...]”. Já Daniel Aarão Reis<sup>10</sup> assume uma

---

4 FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

5 DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

6 Op. Cit.; CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. 6. ed. São Paulo, SP: Moderna, 1995.

7 Op. Cit. p. 417.

8 Op. Cit.

9 FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004, p. 38.

10 REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: Do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.

postura teórica oposta a de Fico<sup>11</sup> e mais próxima a de Dreifuss<sup>12</sup>. A diferença principal entre os autores é que Reis<sup>13</sup> aponta para o horizonte civil que não é necessariamente empresarial como o assumido por Dreifuss.

Pelo que foi exposto acima e por termos optado trabalhar com a ideologia presente no discurso militar, estamos utilizando a definição de “ditadura militar”, mas de forma alguma negamos a participação civil, seja no período que antecede o golpe, seja no período ditatorial em si. Da mesma forma, não negamos os avanços historiográficos que apontam a ditadura como sendo “civil-militar”, apenas buscamos nos ater ao objetivo geral do trabalho que é o papel da ideologia militar e por isso usamos tal definição (“ditadura militar”).

Para entender melhor a questão civil-militar é necessário pensar elementos como a Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG foi criada em outubro de 1948 durante o governo “democrático” do militar Eurico Gaspar Dutra. A sua missão “extra-oficial” era ser uma “filial” da National War College estadunidense. A missão “oficial” era criar uma elite civil-militar dirigente e atenta aos interesses que colocassem em convergência Brasil e Estados Unidos da América (EUA). Diferente da matriz que vinha do norte, a ESG buscou uma forma de organização que contemplava não apenas os setores militares, mas também setores da elite civil brasileira. Segundo Oliveira:<sup>14</sup> “Ao contrário da escola americana, a ESG se propôs a inclusão de estagiários (alunos) civis, oriundos dos setores governamentais (Ministérios, autarquias, etc.), dos demais Poderes e organizações profissionais, com a condição de que fossem de nível universitário ou equivalente.”

A incorporação de civis nos “quadros” da ESG pode ajudar a compreender a influência civil no golpe militar de 1964, bem como, a difusão ideológica dos princípios estadunidenses da segurança nacional. Como Comblin<sup>15</sup> bem refere, o núcleo do oficialato da ESG era um grupo pequeno, porém articulado dentre os outros grupos conspiradores. Esse grupo soube se posicionar no momento do golpe e impor o seu candidato a Presidência. Esse candidato não era ninguém menos que o General Humberto de Alencar Castelo Branco.

A classe empresarial brasileira constituía boa parte do apoio civil que a ESG recebia. Esse segmento civil não era, necessariamente, de alunos, mas também de orientadores / professores que auxiliavam na formação do alunado às lógicas do capitalismo. Dreifuss afirma que:

A ESG, como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas. Os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam

---

11 Op. Cit.

12 Op. Cit.

13 Op. Cit. P. 37.

14 OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976, p. 21-22.

15 COMBLIN, Padre Joseph. **A Ideologia da Segurança nacional: O poder militar na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização brasileira, 1980.

---

---

treinamento em administração política e objetivos empresariais na ESG.<sup>16</sup>

Outro ponto fundamental para o entendimento da importância da ESG no golpe de 1964 foi a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) nos moldes estabelecidos pelos EUA. No contexto estadunidense a DSN servia como aparato defensivo frente ao comunismo e a guerra fria. Comblin,<sup>17</sup> referindo-se aos militares da ESG, diz que eles tinham duas ideias fixas: a primeira era a Doutrina de Segurança Nacional que se apresentava como um instrumento para governar o país; a segunda, era o destino do Brasil ligado ao dos EUA no âmbito da guerra fria (visto que a superioridade estadunidense estava associada a DSN) e do capitalismo. Esses dois fatores foram determinantes para que a ESG assumisse a fórmula da DSN estadunidense adequando-a as peculiaridades da conjuntura brasileira.

A DSN que se desenvolve de forma concomitante dentro da ESG, tem viés mais político e ideológico do que econômico, tem a pretensão de garantir que o projeto econômico seja levado a efeito através da ação política de segurança nacional contra a “ameaça comunista”. Assumir a DSN é a resposta brasileira ao embate que se coloca no mundo a partir do final da Segunda Guerra Mundial e início da guerra fria. A escolha pela DSN foi feita por um grupo de militares oriundos da ESG e influenciados pela doutrina da segurança nacional estadunidense. Para além da falaciosa retórica de que a DSN era o antídoto contra o comunismo que ameaçava as “famílias de bem” e a “nação” como um todo, ela (DSN) se constituía, antes de tudo, como uma demonstração de alinhamento com o bloco capitalista, uma mensagem explícita ao governo estadunidense que via o Brasil como um país chave no cone sul.

A participação de segmentos políticos conservadores brasileiros, das elites nacionais e transnacionais, do governo e dos militares estadunidenses e das Forças Armadas brasileiras foi determinante para a consolidação do golpe militar de 1964. Cada um desses atores colaborou diretamente na constituição de uma rede de conspiração que iria solapar a curta experiência democrática brasileira. Em 1961, é fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), apoiado por segmentos do empresariado nacional e internacional e dos EUA. Segundo Dreifuss:

O IPES desenvolveu uma dupla vida política desde o seu início. Aos olhos de simpatizantes e defensores, a sua face pública mostrava uma organização de ‘respeitáveis homens de negócios’ e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam ‘participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes. [...] o IPES seria orientado por ‘dirigentes de empresas e profissionais liberais que participam com convicção democrática, como patriotas e não como representantes de alguma classe ou de interesses privados. [...] O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacética [sic] campanha política, ideológica e militar. Os fundadores do IPES, avidamente dedicados à manipulação de opiniões e guerra psicológica [...] concordavam em conduzir tanto as operações públicas,

---

16 Op. Cit. p. 80.

17 Op. Cit.

quanto as encobertas.<sup>18</sup>

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi lançado dois anos antes do IPES, em 1959. Sua atuação era muito semelhante ao que viria a ser a do IPES, porém, com um recorte de intervenção político-ideológico mais declarado. Segundo Dreifuss,<sup>19</sup> IPES e IBAD formavam um complexo, um “partido político da burguesia”. Em outro trecho, Dreifuss afirma que “[...] além disso, o próprio IBAD foi denunciado como sendo uma das principais operações políticas da CIA no Rio, sendo basicamente uma organização de ação anticomunista.”<sup>20</sup>

## Estudo de Caso: Ideologia e o Discurso Militar

O estudo de caso que estamos apresentando identificou a ideologia presente nos discursos analisados a partir de entrevistas realizadas com dois militares que atuaram durante a ditadura militar. A análise do discurso busca possibilitar a compreensão da forma como se estrutura o pensamento que produz e re-produz ideologias de dominação. Partimos do entendimento de que não basta identificar uma ideologia dominante para entender o seu funcionamento, é preciso observar atentamente como ela se manifesta. Uma das formas de manifestação se dá através das construções discursivas.

A ideologia é um conceito amplo que abarca uma gama de definições que irão variar de acordo com o contexto teórico em que ela está sendo empregada ou analisada. É indispensável, portanto, uma delimitação do que estamos entendendo e denominando por ideologia. Estamos trabalhando ideologia enquanto uma interpretação da realidade, uma forma de ver, ser e agir no mundo, que é passível de disputa e, por isso, está atravessada por diversos fatores externos que transcendem o indivíduo. Essa “interpretação da realidade” está intimamente relacionada à forma como a realidade se apresenta, ou é apresentada. Com isso, não descartamos a perspectiva de Machado,<sup>21</sup> de que a ideologia é a expressão das ideias dominantes de uma determinada época criando as condições para a dominação material.

A definição trazida por Marilena Chauí<sup>22</sup> de que “a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos.”,<sup>23</sup> nos parece correta, especialmente tratando-se do campo de estudo desse trabalho. Para além do conceito acima, entendemos que a ideologia está, também, atravessada por uma perspectiva de intencionalidade consciente quando se trata de uma disputa. Essa disputa pode ser simbolizada pela luta de classes, onde a classe dominante usa de mecanismos conscientes para exercer a dominação. Sob este prisma, a ideologia ganha o contorno de falseamento da realidade<sup>24</sup>. Nesse sentido, Chauí afirma que “a ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com

---

18 Op. Cit. p. 163-164.

19 Op. Cit.

20 Op. Cit. p. 102.

21 MACHADO, Sérgio Bacchi. A ideologia de Marx e o discurso de Foucault: convergências e distanciamentos. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 12, n. 23, p. 46-73, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/12718/7473>>. Acesso em: 23 maio 2014.

22 CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 37. ed. São Paulo, SP: brasiliense, 1994, p.78.

23 Op. Cit. P. 78.

24 No sentido marxista apresentado por Löwy: “Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade.”. LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: Elementos para uma análise marxista. 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998, p. 12.

---

---

que esta não seja percebida como tal pelos dominados.”.<sup>25</sup>

A partir do que foi apresentado é possível perceber que a ditadura militar brasileira atuou ideologicamente em dois sentidos explícitos. Primeiro, como ideologizada<sup>26</sup>, reproduzindo parcialmente a ideologia estadunidense da segurança nacional através da DSN (como elemento doutrinário) e da ESG (como instituto de formação técnica, política e ideológica), que, por sua vez, estava assentada sobre a ideologia da guerra fria e do capitalismo. Segundo, como ideologizadora<sup>27</sup>, propondo intencionalmente uma leitura de mundo que, de um lado, atendia a ideologia da segurança nacional e, de outro, a do capitalismo. Essa perspectiva vai ao encontro dos interesses das classes dominantes, favorecendo, sobretudo, a dominação de classe por parte das elites econômicas. Essa perspectiva ideologizadora se concretiza através do falseamento intencional da realidade que tem por objetivo principal a manutenção da dominação que garante os privilégios da classe dominante.

Para levar a efeito o seu projeto de sociedade (ou a sua ideologia) os militares precisavam garantir o controle do Estado<sup>28</sup> e do seu aparelho repressivo<sup>29</sup> e ideológico<sup>30</sup> (instâncias complementares) que, por excelência, são mecanismos de dominação. Nesse contexto, a ideologia do Estado de exceção – apesar do uso direto da violência para sufocar a contestação e se afirmar – não dispensa, como não pode dispensar, a noção de falseamento da realidade através do uso do Aparelho Ideológico de Estado (AIE), simbolizado pelo viés jurídico, religioso e midiático. A edição dos AI's – especialmente do AI-5 – configuram justamente uma tentativa evidente de legitimar ideologicamente o Aparelho Repressivo do Estado (ARE). Com efeito, temos a junção do aparelho ideológico e do aparelho repressivo em uma mesma instituição, as Forças Armadas, que são ARE, mas, através da ESG, atuam também como AIE.

Althusser<sup>31</sup> parece negar essa possibilidade ao afirmar que “os AIE não se confundem com o Aparelho (repressivo) de Estado”. Contudo, a observação da conjuntura da ditadura militar nos permite discordar, pois, além do ARE, os militares têm o apoio das elites civis que, segundo o próprio Althusser, constituem essencialmente os AIE's. Althusser argumenta que:

[...] todo Aparelho do Estado, seja ele repressivo ou ideológico, “funciona” tanto através da violência como através da ideologia, mas com uma diferença muito importante, que impede que se confundam os Aparelhos

---

25 Op. Cit. P. 86.

26 Utilizamos o conceito “ideologizada” para designar a reprodução de uma determinada ideologia, nesse caso, à estadunidense.

27 Utilizamos o conceito “ideologizadora” para designar uma produção ideológica que possuiu intencionalidade.

28 Segundo nos diz Louis Althusser: “O Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite as classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à ‘classe’ dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista)”. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1992, p. 62.

29 Althusser (Op. Cit. p. 67), diz que os aparelhos repressivos de Estado (ARE) (o governo, a administração, as Forças Armadas, a polícia, os tribunais, as prisões, etc.) funcionam através da violência, essencialmente. Pois a repressão administrativa geralmente conta com formas não físicas de violência. Os ARE's têm atuação direta e dispensam “aprovação” da sociedade. São auto-legitimados.

30 Ainda segundo Althusser (Op. Cit. P. 68), os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) (religião, escola, família, jurídico, político, sindical, cultural) seriam instituições que não se apresentam imediatamente “visíveis” à sociedade, atuando de forma mais velada. Althusser diz que enquanto os ARE pertencem ao domínio público, a maior parte dos AIE's remetem ao domínio privado. Contudo, a principal diferença entre os dois, segundo Althusser, está ligado ao ARE se utilizar da violência e o AIE da ideologia.

31 Op. Cit. P. 68.

Ideológicos do Estado com o Aparelho (repressivo) do Estado. O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através de ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” por eles propostos. Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico).<sup>32</sup>

Considerando o objetivo da publicação, não consideramos conveniente adentrar em uma discussão teórico/conceitual no que se refere aos aparelhos de Estado, porém, cabe ressaltar que estamos de acordo que tanto a ditadura como a elite (classe dominante) fizeram uso do aparato ideológico e repressivo, dentro dos papéis que são atribuídos a cada um.

Outro fator no tocante a ideologia militar que nos parece importante destacar é a sua elaboração e difusão nos movimentos que antecederam o golpe, tanto militares como civis, especialmente através da ESG. Para Oliveira,<sup>33</sup> a ESG se constituía em um “Aparelho Ideológico dentro de um Aparelho de Estado”, ou seja, sua atuação era de um AIE – a ESG é uma escola – mas influenciava teoricamente as ações de um ARE – as Forças Armadas. Oliveira ainda propõe uma leitura sobre o papel da ESG que vai ao encontro da posição que apresentamos acima sobre os Aparelhos de Estado, especialmente no tocante aos civis que a ESG também “formou”. Segundo o autor:

[...] a ESG criou, desenvolveu e difundiu entre as “elites” (leia-se: classes dominantes) uma determinada concepção dos problemas relativos ao desenvolvimento econômico, instituições políticas e vinculações do Brasil ao campo das relações (econômicas, políticas e ideológicas) internacionais que se transformaram em instrumento de ação política [...].<sup>34</sup>

Essa citação nos remete ao fato de que a ESG atuava como ideologizadora tanto dos setores militares, como dos setores civis. Como procuramos deixar evidente na primeira parte do texto, percebemos uma intencionalidade na produção e difusão ideológica da ESG, que incluía em seu receituário a perspectiva da segurança nacional herdada dos estadunidenses. A soma da ideologia dominante das elites – manutenção do capitalismo que garantia a continuidade dos privilégios e do status quo – com a lógica da DSN, criou uma ideologia singular que incluía a ampliação da lógica capitalista e a perseguição e aniquilamento de toda e qualquer forma de oposição.

Com o golpe, a ditadura vai refinando e ampliando a utilização da ideologia,

---

32 Op. Cit. P. 70.

33 Op. Cit. P. 24.

34 Op. Cit. P. 24.

---

---

mesclando a utilização do AIE com o ARE. Para além dos Atos Institucionais (AI's), a ditadura se utilizou amplamente da ideologia como, por exemplo: Na “revolução” que é um golpe; na construção de uma “personalidade” que era “o subversivo”; na retórica do “milagre econômico” que era “golpe de classe”; na “campanha” “Brasil: Ame-o ou deixe-o” que era a negação da cidadania; na “abertura lenta, gradual e segura” que era a tentativa de manutenção da ditadura; entre tantos outros exemplos que poderiam ser citados. Segundo Lara Junior:<sup>35</sup>

Nessa lógica, a ideologia pode ser vista como aquele conteúdo corrompido que se apresenta como algo mais do que a si mesmo e vai constituindo, assim, a própria realidade do sujeito. É o abandono da formulação primária e uma opção pela formulação corrompida. Nessa relação, os sujeitos perdem a noção da verdade nas formulações da cadeia equivalencial. Nesse ponto, abre-se espaço para naturalizações das formas de dominação e exploração, pois os elementos corrompidos são assumidos como ponto de sutura para as formulações equivalenciais.<sup>36</sup>

A citação acima nos auxilia a pensar como o processo de ideologia desenvolvido e perpetrado pela ditadura militar foi se difundindo dentro da sociedade brasileira ao ponto de, ainda hoje, convivermos com a tortura e as negações de direitos básicos de forma quase naturalizada. Foi especialmente durante o período ditatorial que se consolidou no imaginário da sociedade brasileira a noção de direitos humanos enquanto “direito de criminosos”, por exemplo. Além disso, não é raro ouvir de pessoas comuns que viveram aquele período (e que estiveram expostas cotidianamente a ideologização, seja através da mídia, do padrão, da escola, da família, etc.) que sentem “saudades dos militares”, ou ainda, “naquele tempo é que era bom, não tinha violência!”. Essas e outras tantas manifestações nos possibilitam pensar que, de fato, houve – através da ideologia militar – um processo de naturalização da dominação e da exploração, como afirma Lara Junior.

Preocupa-nos, sobretudo, desvelar em que se assenta, ainda hoje, a ideologia militar que segue defendendo “a revolução” e argumentando que “a tortura foi um mal necessário”. É por isso que a partir de agora iremos trabalhar especificamente com as manifestações da ideologia presentes no discurso militar.

## **Análise das Entrevistas<sup>37</sup>**

As entrevistas realizadas com os dois militares foram bastante densas, pois se buscou um panorama geral dos entrevistados antes de abordar diretamente as suas vivências e percepções enquanto militares. Como destaca Iñiguez,<sup>38</sup> sobre a perspectiva foucaultiana de

---

35 LARA JUNIOR, Nadir. A verdade em tempos de ditadura militar: reflexões a partir da psicanálise. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 48, n.2, p. 103-110, mai/ago 2012. Disponível em: < [http://www.unisinos.br/diversos/revistas/ojs/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2012.48.2.04/1116](http://www.unisinos.br/diversos/revistas/ojs/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.2.04/1116)>. Acesso em: 10 maio 2014.

36 Op. Cit. P. 106.

37 As respostas que serão apresentadas nesse texto sob a forma de alguns trechos selecionados das entrevistas que realizamos entre os meses de janeiro e fevereiro de 2013 com dois militares que atuaram durante a ditadura militar e que hoje estão na reserva. As entrevistas foram concedidas mediante a garantia do anonimato das suas identidades. Cada entrevista tem cerca de três horas de duração, estão transcritas na íntegra e fazem parte dos apêndices do trabalho de conclusão de curso do autor deste texto. PIRES, Thiago Vieira. **Ditadura militar brasileira e produção ideológica: Um estudo de caso com militares que atuaram no período ditatorial**. 2013. 203 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Licenciatura em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2013.

38 IÑIGUEZ, Lupicínio. Os fundamentos da Análise do discurso. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 50-104.

análise do discurso da qual compartilhamos: “Para Foucault, o discurso é algo mais que a fala, algo mais que um conjunto de enunciados. Segundo Iñiguez, o discurso é uma prática, e como no caso de qualquer outra prática social é possível definir as condições de sua produção.”.<sup>39</sup> Nesse sentido, entendemos que o discurso é uma forma de materialização da ideologia que atravessa os sujeitos. Brandão<sup>40</sup> nos ajuda a entender essa aproximação entre produção discursiva e ideologia ao afirmar que:

Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia, pode-se afirmar que o discurso é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.<sup>41</sup>

Por questão de espaço, tivemos que optar por selecionar alguns trechos que nos parecem de maior incidência da doutrina militar e que tem maior relevância para os objetivos do presente texto. São neles que identificamos de forma mais evidentes as manifestações da ideologia. Obviamente, toda escolha também pressupõe uma intencionalidade. A nossa intenção em destacar os trechos a seguir se pauta na ideia de que, como nos diz Gracia:<sup>42</sup> “A linguagem não só nos diz como é o mundo, ela também o institui; e não se limita a refletir as coisas do mundo, também atua sobre elas, participando de sua constituição.”.<sup>43</sup>

Nos trechos que destacamos, procuramos também evidenciar como os militares entrevistados<sup>44</sup> vão construindo uma leitura de mundo que está atravessada pela ideologia que os constitui e, a partir disso, atuam sobre a realidade distorcendo-a para que esta caiba dentro das suas balizas de legitimação. A hierarquia, por exemplo, aparece sentenciando qualquer perspectiva de questionamento. O sujeito já não está mais no quartel, mas o quartel para sempre estará no sujeito. Quando se toca em um dos pontos que alicerça toda a sua construção discursiva, logo as suas consequências imediatas se apresentam, as de ontem (daquele contexto) e as de hoje (da atualidade). Pois a ideologia continua atuante e buscando formas de se sustentar.

“Então mais politicamente era o... [desconforto / dificuldade de articular as ideias] Respeito ao que começava com o comandante. O Comandante é o pai de vocês! A mãe é a bandeira! Então o que o Comandante disser é lei! E ali o Comandante vem... O Comandante da Região; o Comandante do 3º... – Naquele tempo era da Zona Sul – depois virou 3º Exército; o Comandante do Ministério – da Guerra que era naquela época, era o Ministro da Guerra, que era o Comandante Supremo das Forças Armadas; e o Chefe Supremo das Forças Armadas era o Presidente

---

39 Op. Cit. P. 91.

40 BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

41 Op. Cit. P. 38.

42 GRACIA, Tomás Ibáñez. O “giro lingüístico”. In: IÑIGUEZ, Lupicinio (Coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 19-49.

43 Op. Cit. P. 39.

44 Para diferenciar os dois entrevistados nos referimos a eles como “entrevistado 1” e “entrevistado 2”.

---

---

da República. Tinha que ter aquele... [desconforto / inquietação] Não podia, porque isso era... [dificuldade de articular as ideias] Naquele tempo era punido se eu dissesse o que eu digo hoje, a guerrilheira! [certa agressividade] Não... Tem que respeitar! Mas como eu vou respeitar? Ela é uma guerrilheira! [agressividade] Tem que respeitar os milhões de brasileiros que votaram nela... E está certo! Está certo isso! Só que a gente – hoje em dia – sabe mais coisas [hesitação], então a gente até fala... [hesitação] Porque hoje em dia tu pode [sic] ver que o respeito com a pátria – com a nossa pátria – vai de mal a pior! Não existe mais respeito, nem às autoridades... Não existe!” (entrevistado 1<sup>45</sup>)

Parece-nos evidente que o “entrevistado 1” ao perceber a contradição entre a hierarquia que o formou e a realidade que a democracia lhe apresenta se coloque de maneira inconformada. Como ele irá “respeitar uma guerrilheira”? Ao mesmo tempo, como negar a disciplina e a hierarquia militar que colocam a figura do Presidente da República como o Comandante em Chefe das Forças Armadas? A função da hierarquia e da disciplina sempre estão presentes no discurso do “entrevistado 1”, o que nos faz pensar que para além da DSN (que é, também, uma doutrina específica da segurança nacional de combate ao inimigo interno e externo) a própria instituição militar retira a possibilidade emancipatória dos sujeitos, deixando em seu lugar a cega obediência. Referindo-se ao dia do golpe de Estado ele afirma:

Mas aí quando deu a confusão a gente tinha que seguir o primeiro chefe, que era o Comandante. O que o Comandante dissesse é o que a gente ia fazer. [...] o comandante é o meu imediato. O que ele disser, é! Ele convencia as pessoas do que iria acontecer ou do que podia acontecer. Então... [confuso / hesitação] É que estava chegando ao caos o governo principal, o Presidente. Eles diziam – eu não me lembro agora – as besteiras que ele [Presidente] fazia, as conotações que ele fazia... Nós, como esteios da pátria que éramos – as três Forças Armadas eram três esteios da pátria – não podíamos admitir isso. Então ele [Comandante] convencia... Eu vou seguir quem? O Comandante! O imediato. Se ele morrer eu morro abraçado com ele. [demonstra nervosismo] Fazer o que? Agora porque o Fulano [sic] disse que o Sicrano [sic] falou eu vou nessa? Negativo! (entrevistado 1)

Essa citação evidencia como os militares se sentem superiores aos demais poderes, colocando-se como se estivessem acima “do bem e do mal”, literalmente como “salvadores da pátria”. Isso fica evidente na afirmação de que o que houve em 1964 foi uma “revolução” e não um golpe de Estado. Trata-se de uma posição que nos remete ao papel desempenhado pela ideologia na construção discursiva do entrevistado. Para lidar com o fato de seu discurso estar deslocado da realidade factual, o “entrevistado 1” cria um arcabouço discursivo para tentar legitimar suas posições. A próxima citação que destacamos é longa, mas

---

45 O “entrevistado 1” é um senhor mais próximo dos 80 anos do que dos 70. Mora só e é muito católico. Oriundo de família de agricultores, deixa transparecer que a sua ida para as forças armadas tinha haver com a busca por uma vida financeira melhor.

importante para perceber que esse arcabouço discursivo utilizado pelo “entrevistado 1” busca sustentação em elementos advindos de uma distorção da realidade factual, evidenciando o papel da ideologia enquanto instituinte de uma realidade.

Entrevistador: Os militares e os setores conservadores dizem que houve uma “revolução”, a “revolução de 1964”. A história e setores da esquerda dizem que houve um golpe de Estado justamente por se tratar da tomada de poder de um Presidente legitimamente eleito pelo voto popular. O que você me diz?

Entrevistado 1: [Desorientado / confuso / hesitante / inquieto / dificuldade de articular as ideias] Não deixa de ser... É tanto revolução que... Golpe não! Porque o golpe normalmente é... É de repente... É sem avisar. E aquele estava tudo muito bem avisado. Se acontecer nós vamos segurar, pronto! Mas eles quiseram... Levaram! Por isso eles dizem “ditadura”... Mentira! Ditadura era no tempo do Getúlio [Vargas] quando ele comandava todas as ações. Ele não tinha limites. O governo militar, ou governo de exceção – que nós chamávamos e chamamos até hoje – era para tirar o país do caos.

Entrevistador: O que seria esse caos?

Entrevistado 1: O caos era a entrega para o comunismo direto. E hoje está, mas azar, fazer o que? Tentamos tirar... Então... [confuso / irritado / dificuldade de articular as ideias] O que foi... Nós mantemos os três pilares da nação... Os três Ministérios que sustentavam a nação. Então o que nós chamamos de governo de exceção e por quê? Porque nós iríamos restabelecer a Democracia, o voto direto... [irritação / agressividade] Tudo isso estava previsto! Eles dizem que não... Que é ditadura! Conversa!

Entrevistador: Mas o Presidente João Goulart não era um Presidente legitimamente e democraticamente eleito pelo voto direto?

Entrevistado 1: [irritação / hesitação / confuso] Sim! Mas eu não me lembro... Eu não era muito ligado à política naquele tempo. Eu me ligava no que o Comandante dissesse [sic] para mim era lei. [dificuldade de articular as ideias] Mas depois... Eu não cheguei a ter esse contato. Eu só soube que ele [João Goulart] estava só viajando e não... [confuso] Aí ele veio direto para o Rio Grande [do Sul]. [irritação / agressividade / alteração no tom de voz] Se tu quer saber [sic]... Ele tomou muitas bofetadas do Brizola para ir lá e assumir... Mas ele não conseguiu, não foi! O Brizola era outro também... Está revoltado lá dentro do túmulo, mas ele era outro... Ele entregou o país às drogas, se tu quer

---

---

saber [sic] [agressivo / altera o tom de voz]... Para ganhar voto ele deixou as drogas correrem soltas no Rio, e o que é hoje o Rio e todo o Brasil? Assim como o Lula também... [confuso / agressivo] Por que o Lula não quer... Fica aí o pobre do PM (Policial Militar) prendendo os droguero [sic], o cara com maconha, o cara com isso, com crack, com não sei o que... Por que o Lula deu aqueles milhões de reais para o Evo Morales fazer a trans-cocaína ligando o Brasil a Bolívia? [irônico / agressivo] Porque ele não queria droga? Não! É outro que o trem não pega! (entrevistado 1)

Esse longo trecho que acabamos de destacar demonstra que é praticamente impossível realizar uma reflexão estruturada, coerente e lógica se pautando nos argumentos que são apresentados pelo “entrevistado 1”. Simplesmente há uma desfiguração da realidade factual que, aparentemente, não é intencional, mas conta com alto grau de convicção. Quando perguntado sobre tortura e desaparecimento o “entrevistado 1” apresenta expressões que demonstram um pensamento com claros contornos conservadores, externando, mesmo, uma posição de caráter reacionário.

Tem muito desaparecimento que é feito pelo oposto para dizer que foi... Sabe disso? Assim como aquele negócio do [Vladimir] Herzog... Aquilo não foi... [desconfiança / hesitação] Aquilo foi feito por... Pela outra corrente contrária – porque não tinha mais jeito... Ele se enforcou com a cinta e... Por quê? [hesitação / confusão / desconfiança / dificuldade de articular as ideias] Dizem que ele sabia demais, então os outros deram um jeito de fazer... De conversar ele, de certo... Não sei se foi bem isso, mas tem muitos casos desse tipo em que eles [comunistas] matavam o cara porque ele sabia demais e poderia entregar eles. E depois colocavam a culpa nas Forças Armadas. [alteração de humor / agressividade] Tinha uma – que eu chamo de guerrilheira e é assassina – a atual Presidente. Têm... Se procurar bem nos DOI-CODI por aí [descontrole] encontra o que eles [Comissão da Verdade] estão querendo descobrir... Só que isso aí [sobre a Presidente] eles não querem saber, só querem saber da tortura, disso e daquilo. Agora o que ela fez quando vinham os caras aqueles do DOI-CODI – uns quatro ou cinco dentro de um carro... Eles vinham observando – naquele tempo a gente andava pairando [sic]. Tinha uma equipe que andava barbudo, pairando [sic], para observar. E elas conheciam – ela [Presidente Dilma] e aquela Elis, se não me engano. E a defesa delas era assim, bomba, granada, não sei o que [sic]... Aí elas viram o carro [dos agentes] parado – pifou [sic] – chegaram e fim... Eles nem chegaram a descer. Espatifou tudo os quatro ou cinco que estavam no carro. Agora vê se um dia isso saiu da boca dela!? [agressividade / ironia] Não! Só que foi torturada, que foi presa, e chorou... Mas

o que ela fez, não! Então tem o outro lado também. Claro que existiu [tortura]... Em toda a ação tem uma reação e tem também alguma coisa em excesso. Tudo pode sair em excesso. (entrevistado 1)

No decorrer da entrevista o “entrevistado 2<sup>46</sup>” se apresenta como um agente do Centro de Informação do Exército (CIE) e nos traz algumas informações importantes para se entender como os organismos de inteligência atuavam durante a ditadura. No trecho abaixo apresentamos uma passagem que narra um pouco dessa atuação em um período onde a Anistia já estava em vigor.

Então na época veio todo mundo... E aí começou então – aquela estrutura básica das Forças Armadas – a ficar monitorando todo esse pessoal que veio de fora, mais os que estavam aqui dentro (presos, etc.). Tudo isso para ver se eles [anistiados e presos políticos] não iriam se organizar para montar outros movimentos (infiltrados na área estudantil, trabalhadores e por aí fora [sic]). Nessa parte eu trabalhei bastante... Levantamento! (entrevistado 2)

Ele nos confirma ter sido um agente do CIE e explica de forma contundente como se dava a sua atuação. Cabe ressaltar que nesse momento ele apresenta como desenvolvia as suas atividades enquanto um agente engajado, porém, mais a frente, irá recuar alegando que atuava em uma função secundária dentro da “comunidade de informação”. Os relatos sobre as atividades de investigação e infiltração, principalmente, revelam um pouco sobre a organização e profundidade do sistema de informação montado pela ditadura, que seguiu atuante mesmo depois da redemocratização.

Eu era... [temeroso / desconfiado] Vamos dizer, filiado ao CIE (Centro de Informações do Exército). Nessa parte eu trabalhei bastante, na busca de informação... Por exemplo, chegava o nome do Fulado de tal [sic], aí eu tinha que levantar uma coisa que eles estavam pedindo... “Ele anda fazendo reuniões com os funcionários da empresa tal [sic] que ele trabalha! Então vamos ver o que é discutido nessas reuniões.”. Em muitos casos como esse o cara [sic] [o agente] é recebido a bala. Isso aí eles não... [temeroso/ irônico] É o que eu falei antes... Às vezes você saía para uma missão e não sabia se voltava! Nessa parte de busca de informação – após ser entregue a presidência para o meio civil – o meio militar continuou durante muitos anos monitorando isso aí para ver se onde havia uma fumaçinha [sic] poderia se levantar fogo [sic]. (entrevistado 2)

---

46 O “Entrevistado 2” é um senhor na faixa dos 65 anos de idade que transparece tranquilidade e certo grau de jovialidade. Não se enquadra no estereótipo do militar que normalmente carregamos no imaginário. Parece fazer questão de esboçar naturalidade e segurança para a entrevista, como se já soubesse o que seria perguntado e as respostas que daria. Assim como o “Entrevistado 1”, vem de família de pequenos agricultores e também buscava uma vida “menos sofrida” e “com mais confortos” do que àquela que era oferecida no campo.

---

---

O “entrevistado 2” nos traz respostas semelhantes a do “entrevistado 1” quando perguntado sobre a ditadura. Esse pode ser apontado como o indício de que ambos têm em si sedimentado a ideologia militar a que foram submetidos durante os anos em que integraram as forças armadas. É interessante perceber que quando perguntamos até que ano houve investigação de civis pelos setores de inteligência das forças armadas mesmo após a redemocratização, o “entrevistado 2” não teme afirmar que o monitoramento segue ainda hoje.

É... [desconforto/inquietação] Tem gente que diz “período de ditadura”... Período de ditadura é outra coisa que eu sempre enfatizo... A ditadura no Brasil foi no tempo de Getúlio Vargas. O que eles chamam de ditadura – de 1964 a 1985 – foi um governo oriundo das Forças Armadas que tentou fazer um regime político semelhante ao regulamento interno de um quartel. Isso não tem nada a ver com ditadura! Essa situação [se referindo as investigações da inteligência] continua [sic] até hoje só que de outra forma. Hoje ela existe – eu já estou a 18 anos afastado, estou no meio civil – voltada diretamente... [temeroso/dificuldade de articular as ideias] Existem os levantamentos e as buscas todas... Dentro do meio militar ela existe voltada diretamente para o cumprimento da Constituição. No cumprimento da constituição se tem uns mensalão da vida aí [sic] – que deu no que deu – isso está sendo monitorado! Por que está sendo monitorado? Daqui a pouco uma “equipe dessas” pode vir a colocar a nação em risco no cenário internacional. Aí é que nós temos que saber quem são os cabeças! Então hoje, esse acompanhamento, ele existe! (entrevistado 2)

Quando o “entrevistado 2” faz menção a CNV, obviamente busca desmerecê-la e se ampara no “mito dos dois demônios” para isso, ou seja, “se for para investigar que se investigue os dois lados”. Esse é um argumento questionável – que também foi utilizado pelo “entrevistado 1” – e tem se tornado lugar comum nos discursos militares. Entendemos que quem detinha o poder do Estado eram os militares e que esses cometeram abusos em nome do Estado, o que nos permite pensar que os crimes cometidos pelos militares (ou a seu mando) são crimes de Estado e como tal devem ser considerados e julgados. Outra questão é que os militantes que atuavam em oposição a ditadura – que se dedicaram a luta armada ou não – já foram julgados, condenados e – em muitos casos – executados pelo Estado ditatorial. Os argumentos apresentados pelo “entrevistado 2” são mais uma mostra da ideologia que tenta impor uma interpretação falseada da realidade, muito semelhante a de outros militares que temem ser julgados e condenados pelos crimes cometidos, como é o caso do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Essa tal de Comissão da Verdade que criaram... Eu vi um camarada [sic] dizer umas quinhentas besteiras – aquilo ali é um agitador barato – na televisão, só pode ser para se promover. Ele falou da morte desse deputado que mataram lá no DOI-CODI [Rubéns Paiva]. Quanto a isso, eu sei alguma

coisa, mas é bom nem começar a lembrar. Mas por que ele não falou do número de pais de família que perderam a vida no combate a – na época – subversão? [No combate] A alguém que queria o mal do Brasil? (entrevistado 2)

O “entrevistado 2” também acaba relatando um pouco das suas “missões” enquanto agente do CIE. No trecho que destacamos a seguir, o “elemento” que deveria ser investigado não era ninguém menos que o ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Para você ter uma ideia, o Lula me tirou várias noites de sono na época dele de agitador barato. Ele esteve em Cuba fazendo curso de guerrilha urbana para aplicar aqui no Brasil. Porque a guerrilha rural não deu certo. Não deu certo porque brasileiro conhece melhor a sua mata do que os camaradas [sic] que vinham de fora com toda a tecnologia, mas se perdia na primeira moita [sic] que encontrava [risos/satisfação]. Na guerrilha urbana eles [os opositores da ditadura] eram cobras [bem treinados] e o Lula foi para Cuba para fazer o curso de guerrilha para vir e aplicar aqui no Brasil. Não sei, [descontentamento/deprimido] – depois eu entreguei as armas – se ele concluiu o curso... Mas aplicar aqui no Brasil só se foi com muita técnica e por trás da moita [sic], porque eu não vi ele aplicar, se bem que eu me afastei do sistema<sup>47</sup>. (entrevistado 2)

Na citação acima temos dúvida se os argumentos utilizados são falaciosos propositalmente, objetivando criar uma “realidade paralela” ou, se de fato, a argumentação está encoberta por uma espessa camada ideológica. Em nossas pesquisas não encontramos nenhuma evidência de que o ex-presidente Lula tenha participado de algum “curso de guerrilha” em Cuba. Porém, é interessante perceber que Lula é catalogado como “agitador barato” pelo “entrevistado 2”. Ao mesmo tempo, fica comprovada a atuação do sistema de informação da ditadura na perseguição sistemática a personagens de referência na oposição ao sistema ditatorial ou que representavam risco a sua hegemonia.

Procurando legitimar a atuação do serviço de informação, o “entrevistado 2” acaba trazendo novos e importantes elementos para a sua construção discursiva que, por consequência acabam nos fornecendo um panorama mais amplo sobre a sua atuação e a atuação do sistema de informação. A infiltração e a utilização de informantes são assumidas sem receio.

Claro! Eles tinham a rede deles também. Assim como nós tínhamos a nossa eles tinham a deles. Eu sabia que eu não podia entrar... Vou dar uma de João sem braço [sic]? Mais eu tinha muitos amigos que não sabiam de nada... Nem para quem que eles estavam indo para tal aglomerado, não era nem reuniões, eram aglomerados mesmo. Mas que sejam reuniões... Ele [o amigo] não sabia nem porque

---

47 Ao que tudo indica o entrevistado 2 está se referindo ao “Sistema de Informação”.

---

---

estava indo lá e nem tão pouco quem eu era, ou o que eu fazia. Porque eu não usava farda! Eu usava barba, ficava à paisana direto... Nunca que ele iria imaginar que eu era “os famosos informantes”. O que na polícia eles chamam de P2<sup>48</sup>. Então, batendo papo [sic] daqui e dali, essas pessoas me traziam – às vezes – informações de certa validade para que o escalão superior determinasse (ou não) se você ou cicrano [sic] são simpatizantes do sistema. Essa informação faz com que eles façam uma análise, por exemplo: “Fulano [sic] não é simpatizante! Ele está lá, mas não tem ligação nenhuma com aqueles radicais.”. Esse tipo de informação tanto era contundente, que livrava a pessoa do registro de simpatizante ou qualquer coisa que pareça. (entrevistado 2)

O trecho acima demonstra – mesmo que superficialmente – como atuava um agente do CIE. Desde a infiltração, passando pela coleta de informações, até a produção dos relatórios. Quando abordamos a questão da tortura, novamente é utilizado como justificativa pelo “entrevistado 2” que “a tortura foi uma resposta a altura para o que os militantes de oposição faziam”. O mito dos “dois demônios” é outra estratégia que está sempre muito presente na construção discursiva dos militares. É notória a tentativa do “entrevistado 2” em minimizar o que foi a tortura, alegando e argumentando (novamente partindo para uma “realidade paralela”) que a tortura física era mínima, mas “a psicológica aconteceu bastante”. Novamente percebemos a estratégia discursiva que esteve sempre presente no decorrer da entrevista. Essa estratégia é a de recuar em determinados pontos para tencionar e avançar em outros, em um claro movimento de direcionar as perguntas que seriam realizadas.

Todo sistema quando é agredido, procura lutar com as mesmas condições. Sempre há um equilíbrio! Havendo esse equilíbrio, o que citam [sic] de um lado houve do outro. Não adianta querer tapar o sol com a peneira [sic], porque aconteceu! O que foi perdido de gente trabalhando, cumprindo ordem, querendo o melhor... Foram “banidos do planeta” aqueles que queriam a desordem, que queriam o mal para a maioria. Houve tortura? [instantes em silêncio] Houve... Principalmente a psicológica! Porque a física... Não tinha espaço, não existia local apropriado. Também porque aumentava a massa... Para fazer tortura física é preciso espaço, e não eram uma nem duas pessoas, eram muitas! Onde é que tu [sic] vais botar essas pessoas? Torturar e colocar aonde? Eu vou dizer que tortura física era coisa mínima. Agora a psicológica, isso houve! Na tortura psicológica se fazia uma série de pressões e liberava: “Se voltar a agir dessa forma vai ser grampeado [sic] de novo!”. A pessoa se sentia acuada... Ou se tornava neutra ou desaparecia! Nesses desaparecimentos é que entra muita coisa que até hoje é explorada de forma errada. Tem pessoas que desapareceram e foram morrer em

---

48 P2 é como são conhecidos os policiais (ou agentes de segurança do Estado) dos serviços de inteligência. Geralmente atuam infiltrados dentro dos movimentos sociais, organizações populares, movimentos de contestação, oposição, resistência, etc.

outros países que ninguém ficou sabendo, nem mesmo os familiares. A culpa ficou para o DOI-CODI, para o regime militar da época, etc. Tem muita coisa errada nessas histórias! (entrevistado 2)

Em outro ponto da entrevista nos interessava adentrar e buscar informações mais contundentes sobre a atuação do “entrevistado 2” no CIE. Para isso retomamos o exemplo do ex-presidente Lula – citado pelo próprio “entrevistado 2” – para tentar ter acesso a mais alguma parte do funcionamento do sistema de informação. Entendemos que a resposta é pensada e só revela o mínimo possível de informação, porém esse mínimo de informação já nos fornece um panorama importante de como a repressão agia por meio do “serviço de inteligência”.

O Lula eu não sei qual é o grau hierárquico dele de nocividade à pátria, mas tudo o que ele fazia – e faz até hoje – é monitorado. Isso eu tenho certeza! [silêncio prolongado / pensativo] Eu até posso dizer uma coisa... Muita coisa dele [Lula] o povo brasileiro não sabe. Muita coisa errada... Muito errada! [sobressaltado] O povo brasileiro não sabe, mas na época ele era... [desconfiado / pensativo / incomodado] Eu já cansei de dizer, ele era um agitador barato! Porque ele gostava de agitar as massas. O ponto forte do Lula na época de ABC paulista era fazer agitação! Onde ele ia as massas estavam inflamadas. Ele tinha o dom de agitar, por isso ele era conhecido como o “agitador das massas”. Por que eu te falei que ele me tirou uma noite de sono? Porque ele viajava muito e estava sempre sendo monitorado. “Para onde ele está indo?” “Está indo para tal [sic] lugar!” Então nesse trajeto tudo era disposto... Pessoas para observar, etc. etc. O Horário que passava, com quem ele se encontrava, etc. Fazendo o monitoramento direto! Nisso às vezes atrasava um ônibus, caía um avião... [sarcasmo] só que nunca caiu com ele! Nós tínhamos que ver se ele só passou por determinado lugar, se falou com alguém, etc. Porque os contatos dele poderiam estar inflamando um grupo para atuar em determinada coisa... Tipo um desfile cívico-militar, uma concentração de massas, uma romaria... Ou qualquer coisa parecida! Ele poderia estar organizando um público para causar algum problema. Isso tudo era monitorado e informado para frente, para os escalões que tinham o poder de definir o que fazer, o que ele queria, como queria e por aí afora [sic]. Ninguém barrava ele de nada, como não barra até hoje! Só que esse pessoal continua sendo monitorado! (entrevistado 2)

Essa é uma citação que reforça a tese de que algumas pessoas seguem sendo monitoradas ainda hoje, ou seja, de que há ainda organismos de inteligência e informação fazendo “levantamentos”, “investigações” e “relatórios” ilegais. A ideologia é atuante ao ponto de nenhum dos entrevistados sequer mencionar qualquer grau de arrependimento sobre as suas atuações, muito antes pelo contrário, ambos são convictos de terem realizado um serviço importante para a pátria e para a democracia. Democracia que para eles está associada à

---

---

disciplina, à obediência ao controle e a força se e quando for necessário para manter o status quo inalterado. Todos esses elementos são sui generis das forças armadas que por sua vez receberam diretamente a influência de instâncias como a Escola Superior de Guerra e da Doutrina de Segurança Nacional.

## Considerações Finais

O objetivo que buscamos alcançar com este trabalho é o de analisar e compreender a ideologia presente no pensamento militar através da análise de discurso, verificando como essa ideologia atua e se manifesta nas formações discursivas dos militares, tornando-se evidentes nas posições conservadoras e reacionárias que vem sendo assumidas por estes frente às comprovações factuais e documentais dos atentados aos Direitos Humanos e abusos autoritários de toda ordem cometidos durante a ditadura militar.

O estudo de caso realizado nos permite afirmar que existe uma estrutura de significação entre os militares apoiada ideologicamente em quatro eixos que se correspondem. São eles:

- a) superioridade (Forças Armadas acima de qualquer poder democrático);
- b) hierarquia (respeito ao superior, ao que está “em cima”);
- c) disciplina (obediência inquestionável);
- d) doutrina (elemento de sustentação da ideologia).

Essa estrutura de significação ideológica é intencional (DSN e ESG) e atende diretamente aos interesses das classes dominantes e das elites que buscam a manutenção do status quo. Esta é a intencionalidade que a ideologia busca encobrir, ou seja, cria-se um interesse “maior”, por exemplo, “defender a pátria do perigo comunista”, porém o que está em jogo são os interesses de classe. Entendemos que a manutenção do status quo (ou dos privilégios das elites) no contexto histórico que envolve o golpe militar e a ditadura, está ligada a supressão das liberdades e direitos fundamentais da maior parte da população e a implantação de um regime totalitário de viés militarista que garanta esse projeto.

A ideologia projetada (no sentido de projeto e projeção) pelos militares da ESG atuou e se manifestou de forma variada em cada sujeito que esteve exposto a ela. Dentro do recorte que realizamos para este texto percebemos uma diferença em como a ideologia se manifesta entre os entrevistados. Apesar das semelhanças discursivas (elementos de significação) em diversos momentos, percebemos que o “entrevistado 1” se apresenta mais como reprodutor da ideologia a que foi e está submetido, do que um formulador e articulador da mesma. Essa percepção nos fez classificá-lo como “sujeito ideologizado”, ou seja, aquele que está mais reproduzindo do que produzindo ideologia.

O “entrevistado 2” se apresentou mais como um articulador da ideologia do que apenas mero reprodutor. Entendemos que o “Entrevistado 2” formulou a sua fala antecipadamente, escolheu a forma e o conteúdo do seu discurso, houve intencionalidade em criar ideologia (distorcer a realidade). Por isso classificamos o “entrevistado 2” como “sujeito ideologizador”, ou seja, aquele que exerce conscientemente o falseamento da realidade.

Essa divisão nos parece correta no momento em que percebemos no “entrevistado 1” a reprodução – em alguns momentos quase esquizofrênica – da ideologia militar, além da convicção extrema que não deixa espaço – na maior parte da entrevista – para qualquer construção ideológica intencional. O “entrevistado 1” é o “sujeito programado”.

O “entrevistado 2” atuava intencionalmente, medindo cada passo e cada palavra. Exercia uma articulação discursiva consciente e convicta que tentou nos convencer com a sua ideologia em um primeiro momento e, percebendo que essa possibilidade não se efetivaria, partiu – num segundo momento – para a técnica que foi treinado a usar quando o convencimento ideológico não funciona, ou seja, a dissimulação. O “entrevistado 2” é o “sujeito programador”, que segue elaborando e tentando difundir a ideologia militar autoritária.

Contudo, não podemos defender que a ideologia age sozinha, isolada, como uma perspectiva exterior que atua sobre o indivíduo de forma incontrolável. Entendemos que a ideologia funciona como um indutor que age de forma velada, não se apresentando abertamente, mas que pode ser perceptível caso seja levada em conta. Isso quer dizer que a ideologia não é a responsável pela tortura, pelos desaparecimentos e pelas mortes, os culpados são os militares e agentes do Estado que a praticaram. A ideologia apenas criou as condições para que a opressão, o arbítrio e a negação de direitos se tornassem “necessárias”.

Entendemos que a ideologia é um elemento de convencimento e alienação, mas não é coercitiva, ou seja, deixa espaço para escolha, para outra opção. Por isso nos propomos a afirmar (baseados nas entrevistas realizadas) que os militares são atravessados pela ideologia da ESG e da DSN, porém, houve (e ainda há) uma escolha muito clara pelo viés autoritário e opressor. Os militares recebem ordens, contudo, optam por obedecê-las. Estão convictos de que elas fazem sentido.

Propomos como uma hipótese a partir das entrevistas realizadas que nenhum militar cumpriu ordens das quais não estava minimamente convencido, e que este convencimento estava (e ainda está) atravessado por uma ideologia autoritária e totalitária de manutenção do poder e dos privilégios de classe, o que não diminui a sua responsabilidade individual pelos atos praticados. Há uma intencionalidade individual que não pode ser desconsiderada e que deve ser investigada e punida.

A ineficiência dos poderes do Estado, em especial do Judiciário, pode enraizar o sentimento de impunidade, favorecendo que a opressão, o autoritarismo e o arbítrio sigam sendo lugares comuns na nossa sociedade. Exemplos das heranças autoritárias da ditadura militar não faltam. A polícia, aparelho repressivo do Estado, é militar, atua como tal. A repressão direta aos movimentos e manifestações sociais está aí, viva e atuante.

Recebido em 16 de junho de 2014, aprovado em 23 de outubro de 2014.